



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Produtos e Destinos

**ATA DE REUNIÃO**  
**24ª Reunião do Grupo de Trabalho de Turismo Náutico**  
**06 de agosto de 2014**  
**Brasília-DF**

**1. Identificação da Reunião**

|  |                                |                                  |
|--|--------------------------------|----------------------------------|
| <b>Data da Reunião:</b> 06/08/2014   | <b>Horário:</b> 09h30 às 17h30 | <b>Local:</b> Auditório EMBRATUR |
| <b>Coordenador-Técnico do GT Náutico:</b> Cristiano Borges   |                                | <b>Telefone:</b> (61) 2023-8144  |
| <b>Ordem do dia:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Informes gerais<ul style="list-style-type: none"><li>○ Mudança na gestão do Grupo</li><li>○ Boas-vindas ao GTT-Náutico de SC</li><li>○ Vade Mecum GT UCAM (Uso Compartilhado do Ambiente Marinho)</li><li>○ Apresentação GTT-Náutico PR (Porto de Paranaguá)</li><li>○ Portaria de Designação dos Membros</li><li>○ Subgrupo do Manual</li></ul></li><li>✓ Portaria nº 404 (SPU)</li><li>✓ Apresentação candidatura SEBRAE</li><li>✓ Necessidades e entraves do setor (ACOBAR)</li><li>✓ Apresentação ANEPE</li><li>✓ Resoluções e Normativas (MPA)</li></ul> |                                |                                  |

**2. Identificação do Documento**

|   |                                       |
|---|---------------------------------------|
| <b>Relator do Documento:</b> Gabryelle Siqueira | <b>Data de Preparação:</b> 25/08/2014 |
|---|---------------------------------------|

**3. Participantes da Reunião**

Representantes dos órgãos: MTur (CGED, DIETU, DFPIT), EMBRATUR, Brasilcruise, Acobar, Anepe, Anptur, Antaq, CLIA Abremar Brasil, FNTTAA, GTT-Náutico-PR, GTT-Náutico-SC, Inst. Ambiental Ratoles, Inst. Marinas do Brasil, Marinha do Brasil, MMA, MPA, SPU, SEMAR.



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Produtos e Destinos

## 2. Síntese da Reunião

A abertura da reunião foi realizada às 9h50 pela Diretora do Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, Daniela Fantoni, que explanou brevemente sobre os assuntos propostos para a reunião, assim como o cancelamento da pauta da ANTAQ e as mudanças realizadas nos membros de algumas instituições, solicitando a todos os presentes que se apresentassem. Em seguida, o Sr. Cristiano Borges (MTur) apresentou o documento “Compilação da Legislação Federal sobre Uso Compartilhado do Ambiente Marinho - *Vade Mecum do Ambiente Marinho*”, elaborado pelo grupo de trabalho “Uso Compartilhado do Ambiente Marinho” (UCAM), ligado à Comissão Interministerial de Recursos do Mar e integrado pelo MTur. Na última reunião desse grupo de trabalho, levantou-se a necessidade de que fosse feito um levantamento da legislação turística para que ela também integrasse tal documento. Após dar conhecimento do tema aos presentes, Cristiano Borges (MTur) informou aos presentes que, com base nas normas e regulamentos apresentados no GTT-Náutico ao longo das últimas reuniões, o MTur realizará um compilado da legislação federal relacionada ao turismo náutico, a fim de atender à demanda do UCAM. Caso algum membro do GTT-Náutico deseje complementar a apresentação feita ou mesmo atualizá-la, deverá encaminhar as considerações à [nautico@turismo.gov.br](mailto:nautico@turismo.gov.br). Após a compilação, o trabalho será disponibilizado no site do GTT-Náutico.

Posteriormente abordou-se a pauta sobre a elaboração dos Manuais de Operação e Construção de Marinas pelo Subgrupo de Trabalho que se comunicou por diversos e-mails sugerindo materiais e solicitando um maior prazo de construção desses manuais, pois era necessário um maior trabalho na produção tanto para o material quanto para a linguagem. A Sra. Rosana Mazaro (Anptur), responsável por compilar as informações e conteúdos recebidos pelos membros do GT, relatou a necessidade de uma reunião dos membros para um aprimoramento dos conteúdos, a ausência de fontes em alguns deles e a falta de encaminhamentos, o que dificultou o trabalho. Concluiu que é imprescindível uma sequência lógica processual e que se pode compactar tudo na elaboração de apenas um manual, assegurando encaminhar suas propostas ao grupo. Cristiano Borges (MTur) esclareceu que a proposta inicial era a confecção de dois manuais, um Manual de Padrões Mínimos para Construção de Estruturas Náuticas e um segundo de Orientações Ambientais e Sanitárias para Operação dessas estruturas náuticas. Acordou-se que o manual/cartilha deve ser didático, contendo ilustrações e legislações específicas que orientem o leitor.

Logo em seguida, o Sr. Cláudio do Amaral (Instituto de Marinas do Brasil) abordou o tema “operação de marinas” e Daniela Fantoni (MTur) contribuiu afirmando que o assunto foi discutido em recente reunião do Bandeira Azul. Na oportunidade, afirmou-se que, em muitos casos, o abastecimento de iates incorre em vazamentos de óleo nas águas, visto que eles não



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Produtos e Destinos

possuiriam dispositivos capazes de dizer se o tanque já está cheio. Indagou como essa questão poderia ser regulamentada. Em nome do Bandeira Azul, a Sra. Leana Bernardi (Instituto Ambiental Ratoles), discorreu sobre a necessidade de se contar com legislação específica para a construção de embarcações e para a gestão de marinas já que as existentes não são utilizadas, resultando em ausência de Marinas certificadas. O Sr. Carlos Eduardo (Brasilcruise) esclareceu brevemente a questão de vazamentos de óleo dos iates, argumentando trabalhar há vinte e três anos na área e nunca ter visto algo sobre o assunto, salvo acidentes específicos. Concluiu que, portanto, não se pode generalizar, pois isso não ocorre em todas as marinas. O Sr. Lenilson (Acobar) completou dizendo que em 2000 foi criada a norma técnica ABNT como uma forma de regular o mercado de construção e dar uma orientação quanto à segurança e qualidade das embarcações. Em 2012 foi realizada a atualização dessa norma técnica, sempre aberta ao público, e nunca houve qualquer manifestação referente ao que foi exposto. Após breves considerações de outros participantes, Daniela Fantoni (MTur) retificou que realmente não se deveria generalizar a questão. Contudo, o caso de derramamento de óleo em águas ao se abastecer embarcações consistia em uma preocupação real que deveria fazer parte das preocupações do GTT-Náutico. Os presentes avaliaram que parte desse trabalho estaria relacionado à publicação dos manuais de operação e construção de marinas, já abordado na reunião.

Na sequência, houve uma apresentação sobre o porto de Paranaguá realizada pela representante do GT-Náutico do Paraná, Sra. Deise Bezerra, que apresentou um vídeo com o conceito arquitetônico do complexo de turismo, convivência e lazer previsto para o local. Informou estar aberto, de 25/06 a 13/08, Chamamento Público para Manifestação de Interesse em Estudos de Viabilidade Técnica, Ambiental, Econômico-financeira e Jurídica, para parceria público-privada do complexo de turismo e convivência nas áreas de abrangência do Porto de Paranaguá. Completou que esse chamamento envolve 24 empreendimentos previstos na área conhecida como Setor Leste do Porto e que já houve audiência pública. Dentre esses 24 empreendimentos há o terminal de passageiros vinculado à prefeitura de Paranaguá, o centro de convivência, marina, aeroporto, hotel, restaurante, área de lazer e etc. Desde 2010 o porto não possui um ponto exclusivo para desembarque de passageiros, mas ocorrem paradas técnicas de navios de passageiros no local. A APA que administra o porto de Paranaguá está muito interessada nesse projeto e relatou a importância da concretização do mesmo para o fortalecimento do cenário turístico do estado do Paraná e a integração do porto com a cidade dentro de uma área que precisa ser revitalizada. Feita a apresentação, o Sr. Reinaldo Redorat (SPU) informou que esse empreendimento está dentro de uma grande poligonal do Porto de Paranaguá, a qual está sendo revista na gestão da autoridade portuária e que se for modificada para a Secretaria de Patrimônio da União é necessário se atentar para a “regularidade de terra em água”. O Sr. Sérgio (ANTAQ) complementou que se esse projeto ultrapassar a área da poligonal será necessária a autorização da ANTAQ. E a Sra. Lorena (Brasilcruise) contribuiu ressaltando que a área é de aterro, onde era depositado todo material dragado e antes da viabilização do projeto a administração do Porto



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Produtos e Destinos

fará a dragagem e o aterramento da área com recurso da APA. Prosseguiu elaborando uma pergunta para Reinaldo Redorat (SPU): como ocorrerá a legalização das estruturas náuticas que estavam dentro da poligonal, já que com a alteração da mesma, não vão mais estar dentro da área, pois o prazo da portaria da SPU já venceu. Reinaldo Redorat (SPU) afirmou que a questão seria assunto de sua apresentação sobre a Portaria nº 404 da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a gestão dos espaços físicos em águas públicas federais, próximo ponto da pauta.

Reinaldo Redorat (SPU) iniciou sua apresentação abordando a finalidade da Portaria nº 404, que é a de normatizar a cessão e a cobrança do espaço físico em água e de fixar parâmetros para o cálculo do preço público devido, a título de retribuição à União, destacando o papel da Secretaria do Patrimônio da União. Apresentou um arcabouço legal que regulamenta a gestão do patrimônio imobiliário e fez um breve comentário sobre alguns dos dispositivos legais que relata quais são os bens imóveis da União, a cobrança pela utilização desses bens e de que maneira é feita a gestão desse patrimônio imobiliário que pertence ao povo brasileiro. Concluiu apontando a melhor forma de regularizar empreendimentos irregulares. Sua segunda apresentação abordou a questão dos terrenos de marinha e acrescidos de marinha. Reinaldo apresentou a distinção entre eles, que se encontra no Art. 20 da Constituição Federal de 1988. Ele explicita que terrenos de marinha não são terrenos pertencentes à Marinha do Brasil, mas terrenos de mar. Já acrescidos de marinha é tudo que toca a água do mar e cresce sobre ela, pertencendo à coroa na forma de ordenação do reino. Ao término de sua apresentação, Lorena (Brasilcruise) citou que quando a portaria foi desenvolvida foi dado um prazo para que os empreendimentos se regularizassem, prorrogando-o três/quatro vezes. Disse ainda que quem quiser se regularizar hoje deverá pagar, porém, trata-se de uma questão discutível, já que a portaria em pauta não atua nas poligonais do porto organizado. Carlos Eduardo (Brasilcruise) complementou o raciocínio afirmando que o preço da taxa cobrado pela SPU é elevado. Falou, também, que os empreendimentos construídos sem licença não sofrem qualquer sanção, sendo necessário mostrar que a lei vale para todos. Cláudio Amaral (Instituto de Marinas do Brasil) comentou que o Ministério Público de Florianópolis levantou uma ação contra a Prefeitura informando que desde 2005 já estava definido que tinha que se regularizar algumas regiões e questionou como a SPU de SC se posiciona em relação a isso. Sugeriu, ainda, que seja feito um trabalho de casa e definir quais são, nesse caso, as iniciativas cabíveis ao Ministério do Turismo. O Sr. Reinaldo respondeu que em Florianópolis a questão é ambiental e não patrimonial e que pode haver a possibilidade de se encaminhar essas áreas para o Ministério do Turismo. O Sr. Leandro Ferrari (GT- Náutico SC) comentou que em Florianópolis muitas pessoas desconhecem o que é uma Marina e não trabalham com alvará, retomou a pauta dos manuais sugerindo que poderia ser feito para os municípios manuais com informações sobre essa questão.

Encerradas as considerações, partiu-se para a pauta seguinte, a candidatura do SEBRAE, representado pela Sra. Karen Sitta, como membro do GTT-Náutico. Disponibilizou-se 10 minutos para a apresentação, os quais foram utilizados por ela para falar, resumidamente, sobre



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Produtos e Destinos

o que é o SEBRAE, suas linhas de atuação, clientes, como ele está estruturado internamente em termos de PPA e como se desenvolve no núcleo do turismo. Sintetizou que o foco da entidade é nos pequenos negócios, porém não se restringe a esse público. Expôs a importância da instituição por representar 99% do total de empresas brasileiras, 70% da criação de empregos formais, 40% da massa salarial e 25% das exportações brasileiras, possuindo mais de 8,5 milhões de pequenos negócios. Aduziu que no núcleo do turismo o SEBRAE atuava de forma setorial, mas que, agora, ele foi segmentado e está com apenas dois projetos cujo o público alvo efetivamente é Turismo Náutico, acoplado ao Turismo de Sol e Praia, que possui mais de 20 projetos. Concluída a apresentação foram abertos os questionamentos, passada a palavra para o Sr. Klaus Peters (SEMAR) que questionou qual a diferença entre setorização e segmentação exposta na apresentação. Karen (Sebrae) respondeu que eles trabalham o “setorial turismo” e segmentaram esse setor pelos diversos destinos turísticos. A Sra. Ana Maria (FNTTAA), perguntou como o SEBRAE faz o tratamento com a empresa na questão da regularidade fiscal e técnica. Karen (Sebrae) informou que eles buscam levar a informação por meio de parcerias com prefeituras locais, cartilhas, workshops e outros. Dúvidas sanadas, Cristiano Borges (MTur) solicitou que, para a deliberação, apenas os membros titulares e/ou suplentes permanecessem na sala. Após considerações em sessão oculta, os presentes aceitaram, por unanimidade, a inclusão do SEBRAE como novo membro do GTT-Náutico. Foi sugerido, contudo, que houvesse uma apreciação jurídica do fato pela Consultoria Jurídica do MTur.

Retomada a reunião no período da tarde, conduziu-se para as necessidades e entraves do setor, pauta sobre a responsabilidade da ACOBAR. Com a ausência do Presidente, coube ao representante, Sr. Lenilson Bezerra, abordar o assunto. Ele explicou brevemente o que é a ACOBAR, sua missão e suas metas. De acordo com ele, o primeiro entrave a ser identificado é a expansão do mercado náutico somado a falta de consumidores para o mesmo. Mencionou a campanha da instituição, a qual não se foca em embarcações - pois seria rejeitada desde o princípio -, mas na qualidade de vida que uma embarcação pode trazer, tornando o foco mais sublime, trazendo mais informações, mais divulgação, mais barcos e mais vendas e com isso fazendo um trabalho de marketing de convencimento e massificação da informação muito importante. Foi trabalhada pela entidade uma nova marca a: ACOBAR ESPORTE. Criou-se também o *site* “Venha Navegar”. Nele, lançaram um QUIZ, que serve como um guia para o consumidor e informa respostas sobre o nível de uso do mesmo. A Campanha é aberta à parcerias e foram utilizadas todas as mídias sociais para a divulgação. Salientou a norma técnica com quinze capítulos feita por demanda da ACOBAR e a parceria empreendida com o SEBRAE. Ressaltou um importante ponto sobre a falta de políticas de financiamento ao setor Náutico e as demandas pontuais que vão aparecendo.

Passou-se a palavra ao Sr. Klaus Peter (SEMAR) para ilustrar a experiência em Istambul. Ele mencionou que existem 35 Marinas licenciadas no local e prosseguiu expondo as diferenças e semelhanças entre o Brasil e a Turquia no setor Náutico. Acentuou a localização de Marinas



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Produtos e Destinos

junto com residências de moradores locais e concluiu sugerindo uma pauta para a próxima reunião sobre a inserção do Brasil no roteiro mundial Náutico. Convidado por Klaus Peters (SEMAR), o Sr. Fabrizio Ottoni (Associação Brasileira de Super Yachts) disse que é importante regulamentar as atividades não só das embarcações de esporte e recreio em cunho privado, mas das embarcações de grande porte, que também tem grande atuação comercial e o desenvolvimento de programas específicos para qualificação da mão de obra e transferência de tecnologia.

Encerrado esse assunto, Cristiano Borges (MTur) procedeu com alguns informes. Disse que o Ministério da Justiça respondeu o ofício enviado pela Coordenação do GTT-Náutico notificando sobre o não comparecimento do órgão às três últimas reuniões do grupo. Em sua resposta, o órgão manifestou seu desejo de continuar fazendo parte do grupo e avisou que mandaria um representante a partir da próxima reunião. Em relação à próxima reunião do GTT-Náutico, Cristiano informou que ela estava marcada desde dezembro de 2013 para 5 de novembro de 2014, coincidindo com a semana do gerenciamento costeiro. Em razão dessa coincidência, os presentes foram consultados sobre a possibilidade de alteração da data para 12 de novembro de 2014. Todos concordaram com a alteração.

Prosseguiu-se, então, para a pauta seguinte, apresentada pela ANEPE. O Sr. Emilio Monteiro (ANEPE) apresentou rapidamente o que é a ANEPE, uma associação formada devido a uma necessidade do empresário de Pesca Esportiva, que impacta diretamente no Turismo Náutico e a atuação desse segmento no mercado atualmente. Mencionou que a maioria dos usuários da Pesca Esportiva utilizam embarcações para a prática e se sente a dificuldade da expansão desse mercado devido as restrições que existem hoje para compras de embarcações. Expôs a Costa Rica como exemplo de destaque ao Turismo de Pesca Esportiva e acrescentou que no Brasil a Pesca Esportiva tem um valor agregado muito maior do que a Pesca Comercial. Leandro Ferrari (GT-Náutico SC) proferiu que foi desenvolvido um projeto de “Naufrágio Controlado” para incentivar o mergulho contemplativo e também a pesca esportiva, que não acontece em Santa Catarina, e que o apoio da ANEPE seria muito importante para isso acontecer.

Caminhou-se, então, para a pauta seguinte, sob a responsabilidade do MPA, representado pelo Sr. Kelven Lopes, que iniciou explanando as deficiências enfrentadas no desenvolvimento da Pesca Amadora. Exibiu o arcabouço legal resumido da criação do Ministério e o seu objetivo. Em 2012, o Ministério da Pesca conseguiu que se fizesse a regularização das embarcações de pesca amadora ou o seu registro de forma voluntaria para se ter o controle em números confiáveis. Incluindo a criação de duas leis, uma de Normas Gerais pra Pesca e outra de Registro de Pesca Amadora. Apresentou uma ficha para exemplificar rapidamente o modo como as embarcações vão ser identificadas e a carta de licença da pesca amadora. Mostrou qual o perfil socioeconômico dos pescadores amadores e discutiu sobre o acordo feito com a EMBRATUR e o Ministério do Turismo, onde ambos vão passar para a qualificação do profissional de apoio ao



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Produtos e Destinos

Turismo de Pesca que é o Guia de Pesca, salientando a importância de avançar nas discussões sobre a regularização dos condutores de turismo de pesca com a Marinha e com o GTT-Náutico. Falou, ainda, sobre onde as embarcações de pesca amadora são feitas, onde são encontradas e quem é o responsável, disse que sentiram uma falta muito grande de conseguir concentrar essa questão em embarcações feitas de alumínio. Abertas as colocações, o Sr. Péricles (Marinha) esclareceu que se a embarcação é para o uso de atividade comercial, deve-se inscrevê-la, conforme as NORMANs 1 ou 2. Aquelas que são eminentemente sem fins comerciais, a NORMAN 3 regulamenta. Finalizada a apresentação do MPA, Cristiano Borges (MTur) anunciou as pautas pendentes para a próxima reunião e encaminhou a fala ao Sr. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise). Um material, contendo os seguintes temas que a entidade julga importante serem discutidos pelo grupo, foi distribuído pela Brasilcruise:

1. Linhas de financiamento, de longo prazo, para novos projetos, reformas e ampliações de marinas e/ou estruturas náuticas de apoio;
2. Redução das atividades da indústria dos cruzeiros marítimos no Brasil;
3. Transporte turístico terrestre que opera junto aos terminais de cruzeiros marítimos;
4. Transporte turístico em veículos irregulares de fabricação caseira com registros no Cadastur;
5. Proibição de navios de cruzeiros em armação dos búzios e boias de amarração;
6. Desmanche das obras de ampliação da marina porto veleiro de búzios.

Em relação ao ponto 1, Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) afirmou que todo investimento de estruturação e construção de estruturas náuticas notam captar recursos, porque você tem a posse mas não tem a propriedade. Sobre o ponto 2, relatou que o setor está em uma crise estrutural e propôs que fosse formado um grupo de trabalho para discutir essa questão, pois isto é uma atividade de alto impacto nas economias locais. Em relação ao ponto 3, o Sr. Claudio Carneiro (ABREMAR) disse que o Ministério do Turismo possa ajudar junto ao INEA e que seja formalmente comunicado a Marinha a oposição a atracação de navios na próxima temporada e demais no município de Búzios e encerrou a sua participação comunicando o seu desligamento da ABREMAR na sexta-feira.

Finalizada a apresentação, o Sr. Cristiano Borges (MTur) alegou que sobre os dois primeiros assuntos o que poderia ser feito é a formação do grupo de trabalho sugerido para discutir o tema. Sobre a questão de transporte turístico pode-se inserir como pauta para próximas reuniões.

O Secretário Nacional de Políticas de Turismo do MTur, Sr. Vinícius Lummertz, responsável por finalizar a reunião, ressaltou a necessidade do investimento em todos os setores ali presentes e a importância do marco regulatório de portos, píeres e marinas. Também fez outras considerações até chegar ao encerramento da reunião.



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Produtos e Destinos

### 3. Encaminhamentos

| Nº | Encaminhamento   | Responsável                | Data                                   |
|----|--|----------------------------|--|
| 1  | Acobar enviará à Coordenação do GTT-Náutico informações sobre a pesquisa e a campanha que vem sendo realizadas pela entidade, para que a coordenação leve ao conhecimento dos membros do grupo.                                    | Acobar                     | Antes da 25ª reunião do GTT-Náutico    |
| 2  | Proposta de criação de dois subgrupos: “Redução das atividades da indústria de cruzeiros marítimos no Brasil” e “linhas de financiamento para novos projetos, reformas e ampliações de marinas e/ou estruturas náuticas de apoio”. | Brasilcruise               | 25ª reunião do GTT-Náutico             |
| 3  | Sugestão de pauta na próxima reunião sobre a “inserção do Brasil no roteiro mundial Náutico”.  | Semar                      | 25ª reunião do GTT-Náutico             |
| 4  | Sugestão de pauta na próxima reunião sobre “transporte turístico terrestre que opera junto aos terminais de cruzeiros marítimos”.  | Brasilcruise               | 25ª reunião do GTT-Náutico             |
| 5  | Sugestão de pauta sobre “elaboração de um marco regulatório para embarcações de esporte e recreio”.  | Semar                      | A partir da 25ª reunião do GTT-Náutico |
| 6  | Estudo de Casos: Estímulo de melhores práticas internacionais públicas e privadas  | Semar                      | A partir da 25ª reunião do GTT-Náutico |
| 7  | Programas Específicos: transferência de tecnologia, treinamento e formação de mão de obra específica e desenvolvimento técnico de profissionais.   | Semar                      | A partir da 25ª reunião do GTT-Náutico |
| 8  | Enviar atas das últimas reuniões aos membros do GTT-Náutico.   | Coordenação do GTT-Náutico | Antes da 25ª reunião do GTT-Náutico    |